

# **ATAS DO COLÓQUIO INTELLECTUAIS, CULTURA E POLÍTICA NO MUNDO IBERO-AMERICANO.**

*Rio de Janeiro. 17 -18 de maio de 2006*

## **Intellèctus**

**Ano 05 Vol.II**

**Revista Eletrônica ISSN 1676-7640**

Grpesq/ CNPq-  
Intellectuais e Poder  
no Mundo Ibero-americano  
Revista Intellectus  
ISSN 1676-7640



Grpesq Intellectuais, Idéias e Instituições.



## **IDÉIAS, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: ALGUMAS BREVES REFLEXÕES**

**Rodrigo Loureiro Medeiros**

Prof. Dr. da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

E-mails: [rodrigo@fucape.br](mailto:rodrigo@fucape.br); [medrodrigo@gmail.com](mailto:medrodrigo@gmail.com)

Debater desenvolvimento econômico no Brasil nunca foi uma tarefa simples. Pode-se dizer também que, em outros lugares do mundo, essa discussão está imersa em polêmicas. No entanto, após o Nobel de Economia de Douglas C. North, em 1993, houve um avanço em considerar que o desenvolvimento de países está relacionado ao grau de capacidade institucional das sociedades em articular projetos e interesses comuns. Há, portanto, no próprio *mainstream economics* um considerável espaço para a Economia Institucional.

Segundo North (2005), as instituições públicas e privadas e seus funcionamentos são elementos centrais para o desempenho econômico dos países. As transformações econômicas são decorrências de um conjunto de crenças, valores e conhecimentos acumulados nas instituições. Observa-se que numerosas instituições têm sido construídas ao longo do século XX, transformando incertezas em risco calculado para os agentes econômicos.

O que teria sido do Japão, após a Segunda Guerra, se suas instituições públicas e privadas, em relações cooperativas, não houvessem sabiamente conciliado políticas ativas de comércio exterior, o que incluiu câmbio favorável à exportação, a introdução de novos paradigmas de produção, a qualificação generalizada da mão-de-obra e a engenharia reversa? Coréia do Sul, Taiwan, Malásia e China não inventaram a roda.

Já se documentou fartamente que, ao longo do século XX e ainda nos dias atuais, a cooperação entre instituições públicas e privadas tem ocorrido em ações interligadas de políticas industriais, comerciais e tecnológicas (AMSDEN, 2001; BAIROCH, 1993; CHANG, 2002). Nos EUA, por exemplo, o orçamento nacional é um instrumento de políticas tecnológicas e industriais que geram efeitos multiplicadores. As encomendas feitas ao complexo industrial-militar, que compreende sistemas duais de produção, e as inovações tecnológicas decorrentes, posteriormente introduzidas no campo comercial, são situações em que o Estado norte-americano busca, através do gasto público planejado, contribuir para a geração de riqueza nacional. Segundo Galbraith (2004, p.52), “a propalada divisão entre os setores público e privado não faz sentido”. A retórica de alguns teóricos não é compatível com a realidade.

No Brasil, políticas e interesses também estiveram presentes no desenvolvimento econômico nacional (LEOPOLDI, 2000). Visões de mundo, as ideologias dos grupos de interesses, e a construção de instituições integram esse quadro.

A grave crise de 1929 marcou uma significativa inflexão brasileira. Iniciava-se o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (BIELSCHOWSKY, 2000). A primeira República entrava em colapso, o complexo cafeeiro sentia os golpes da crise e um novo grupo de atores políticos e econômicos emergia. O padrão libra-ouro entrava em xeque e o protecionismo econômico vigorava mais do que nunca no mundo. A natureza cíclica dos ciclos econômicos mundiais se manifestava.

A emergência dos Estados Unidos da América, uma economia eminentemente protecionista, ao status de ator hegemônico agravava a crise no sistema internacional. O *laissez-faire* já não fazia parte do discurso e tampouco das práticas das grandes potências. O pensamento keynesiano ganhava força acadêmica nos países democráticos mais desenvolvidos, influenciando políticas públicas de bem-estar social, o nazifascismo dava suas respostas autoritárias e o bolchevismo endurecia sua posição ideológica.

As repercussões no Brasil não tardariam. Os sintomas de desgastes da Primeira República, no entanto, já se apresentaram na década de 1920, sendo a Semana de Arte Moderna e o Tenentismo momentos relevantes do processo. A Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder eram elementos de uma evolução política na qual a representação dos interesses industrialistas, com destaques para Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, desempenhava um papel relevante. Oliveira Viana era o destaque intelectual da concepção de Estado. Posteriormente, uma emergente geração de intelectuais e técnicos se notabilizaria: Celso Furtado; Álvaro Vieira Pinto; Jesus Soares Pereira; Rômulo de Almeida; Alberto Guerreiro Ramos; Lúcio Meira; Hélio Jaguaribe; Nelson Werneck Sodré; Cândido Mendes de Almeida; Ignácio Rangel; Roberto Campos; entre tantos outros.

Muitos tiveram uma participação relevante nos anos dourados do governo JK e inspiraram intelectuais da estatura de Carlos Lessa e Maria da Conceição Tavares. Estudos críticos sobre a realidade brasileira e o incentivo, pela formulação de diagnósticos e propostas, à promoção do desenvolvimento econômico nacional seriam tarefas intensamente assumidas por esse conjunto de intelectuais.

Durante os conturbados contextos da década de 1930 e o início da Segunda Guerra, Vargas havia sabiamente administrando os pólos ideológicos organizados pela Ação Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira. Ele soube também, com maestria, negociar a entrada do Brasil ao lado dos Aliados no conflito bélico que se desenrolara. Os preciosos assessoramentos de Oswaldo Aranha e do general Góes Monteiro foram centrais no processo decisório de Vargas.

As bases institucionais do processo de desenvolvimento econômico brasileiro seriam construídas durante os dois governos Vargas (1930-45; 51-54). As associações de classe foram organizadas, criou-se a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a

Companhia Nacional de Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Destaca-se que a partir dos apoios dos governos do Chile, do Brasil, do México e da França, os trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foram inaugurados, em 1949, por Raúl Prebisch, o célebre economista argentino e o fundador, ao lado de Celso Furtado, do estruturalismo latino-americano. O pensamento desenvolvimentista ganhava espaço institucional no âmbito da Organização das Nações Unidas. As pressões contra o funcionamento da CEPAL foram enormes. Nos tempos atuais, a Cátedra e Rede de Economia Global e Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), competentemente coordenada pelo professor Theotonio dos Santos, é um dos focos de resistência ao pensamento único. O pensamento crítico respira institucionalmente e se renova a partir das contribuições dos teóricos do sistema economia-mundo.

Na segunda metade da década de 1950, sobre as bases construídas por Vargas, Juscelino Kubitschek de Oliveira conciliaria o delicado equilíbrio ideológico da Guerra Fria com os anseios desenvolvimentistas da sociedade brasileira. Energia e transportes, suportes para a industrialização, eram as molas propulsoras do Programa de Metas. O BNDE seria um ator-chave do processo. Celso Furtado, Cleanto de Paiva, Juvenal Osório Gomes, Lúcio Meira, Ignácio Rangel, entre tantos outros valorosos técnicos, integravam o seu quadro dirigente.

O Plano Marshall avançava na Europa, o que possibilitava a recuperação econômica de países como Alemanha e França, o Japão transformava-se em aliado norte-americano e a Revolução Cubana provocava um clima de apreensão em Washington. JK soube utilizar-se desses ingredientes para capitalizar um arranque econômico para o Brasil. O lançamento da Operação Pan-Americana e o rompimento com Fundo Monetário Internacional representavam uma clara inflexão diplomática ao multilateralismo e à responsabilização dos EUA pelo apoio ao desenvolvimento dos países integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA). De concreto, o governo JK conseguiu aliviar as pressões no balanço de pagamentos brasileiro a partir

do apoio do governo Eisenhower ao Programa de Metas. O Eximbank norte-americano aliviaria temporariamente a necessidade de dólares para cobrir a importação de bens de capital.

Os conceitos de desenvolvimento e projeto estiveram fortemente conectados. Segundo Vieira Pinto (1959), “o desenvolvimento nacional é um processo” (p.23), porém “sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional” (p.32). Participaram da empreitada o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os melhores quadros da *intelligentsia* da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Escola Superior de Guerra (ESG). Os militares brasileiros que brilharam no teatro de operações europeu haviam compreendido que, sem uma base industrial expressiva, um país podia pouco em termos de um esforço de guerra total. A Segunda Guerra revelava-se também a continuação da política por outros meios. Os teóricos da ESG, com destaque para o general Golbery do Couto e Silva, incorporaram o fato de que se pode esperar muito pouco de uma diplomacia que não conte com o devido respaldo de um poder militar efetivo.

Apesar de concepções ideológicas distintas, o relativo consenso manifestado por essas correntes ideológicas se expressava na compreensão de que o processo de desenvolvimento brasileiro não poderia ocorrer de forma indeterminada, imprevista, sem ordenamento interno.

Entre 1964 e 1980, sob o regime militar, o Brasil tampouco viveu um clima político favorável à estagnação econômica. Pode-se dizer que os graves problemas estruturais brasileiros não foram novamente encarados. Mantinham-se os diagnósticos elaborados por Furtado (2003) e Rangel (1982) de que a estrutural concentração da propriedade da terra improdutiva e da renda gerava pressões inflacionárias de câmbio e custo médio para a economia brasileira. A construção de um sistema industrial sustentado era obstruída. Qualquer tentativa de combater a inflação pela adoção de políticas ortodoxas implicaria em optar pelo baixo desempenho econômico, ou seja, a semi-estagnação.

O Plano Trienal, elaborado por Furtado, no final de 1962 e que buscou expressar elementos de reformas de base, foi torpedeado pelos radicais de esquerda e direita. João Goulart não passaria a faixa presidencial.

Após o fim do padrão dólar-ouro, em 1971, e os choques do petróleo, o conservadorismo se renovava e emergia nos países anglo-saxônicos. Margaret Thatcher era eleita primeira-ministra na Grã-Bretanha e Ronald Reagan ascendia à Presidência dos EUA. O Brasil não ficaria à margem do processo como o demonstrou a crise da dívida da década de 1980.

Após vinte anos de Nova República, será que se chegou ao momento de repensar a validade de conceitos que se mostram válidos nos países que saíram de situações delicadas para um estágio de desenvolvimento econômico expressivo e sustentado? Ou será que o otimismo manifestado na década de 1950, quando um futuro glorioso estava ao alcance do Brasil, e o pessimismo atual do “salve-se quem puder” devem ser simplesmente encarados como sinais de um retumbante fracasso nacional?

Reconhecer, devido à disponibilidade de estatísticas e análises comparativas, que o desenvolvimento econômico sustentado de países emergentes é o resultado da construção de estruturas institucionais públicas e privadas e de seus funcionamentos é algo trivial nos tempos atuais (RODRIK, 1999). Foi pelas vias da regulação estatal, da criteriosa proteção do mercado interno, da adaptação de tecnologias aprovadas nos países mais desenvolvidos e do decorrente desenvolvimento tecnológico endógeno, da qualificação generalizada da mão-de-obra, do financiamento estatal ao setor privado com contrapartidas, que a Coréia do Sul foi o caso de sucesso que não ocorreu no Brasil. Ao driblar o pensamento único da década de 1990, os sul-coreanos mantiveram os seus níveis de desenvolvimento. A consciência crítica de que a mera importação de idéias pode ser prejudicial para sua sociedade fez parte dos cálculos das instituições sul-coreanas.

Não se defende aqui nenhum tipo de xenofobia. O sucesso econômico-empresarial japonês, por exemplo, deve tributos ao doutor Deming, o norte-americano criador do conceito de qualidade total na produção de manufaturados. Elites intelectuais, empresariais e tecnocracia de Estado têm papéis importantes no processo de organização social para o desenvolvimento. As buscas de consensos e compromissos cruzados dificilmente podem ser atingidas espontaneamente.

Reconhecer que a grande manifestação do subdesenvolvimento ocorre no plano da dependência ideológico-cultural é importante (GRERREIRO RAMOS, 1996). O liberalismo foi uma importação brasileira problemática desde o século XIX, pois

difícilmente ele poderia florescer num clima não-liberal. As contradições entre o liberalismo político e o econômico fizeram com que os liberais brasileiros se apegassem aos aspectos estritamente formais do liberalismo, na crença de que boas leis produziriam instituições viáveis que, por sua vez, elevariam a moralidade do próprio sistema político. Aprender com as experiências dos outros é sempre enriquecedor, desde que as particularidades de cada caso sejam observadas.

O pensamento desenvolvimentista está vivo e renovado (SICSU, DE PAULA e MICHEL, 2005). Críticas podem ser feitas ao processo histórico brasileiro. Embora sua produção industrial tenha crescido vinte e sete vezes, entre 1938 e 1980, uma parcela considerável da população não usufruiu dos seus benefícios.

Passados vinte anos da redemocratização, é necessário que se pergunte o que se tem feito para reverter esse quadro? O “país do futuro” passava a navegar ao sabor dos ventos. Com uma carga tributária girando em torno dos 38% do PIB, o Estado brasileiro mal consegue ofertar serviços básicos universalistas. Os únicos serviços públicos que avançam são os de caráter assistencialista, rendendo votos e incrementando os indicadores sociais dos institutos de estatísticas oficiais. Até mesmo o desempenho econômico brasileiro está ficando abaixo da média internacional.

Muito poderia estar sendo feito sem radicalizações. Estatísticas reunidas pelo Fundo Monetário Internacional, por exemplo, revelam que a tênue associação produtiva entre empresas e mercado financeiro, expressa pela modesta relação crédito/PIB, pífios 28%, obstrui o desenvolvimento sustentado das forças produtivas no Brasil e reforça a concentração de renda (IMF, 2005). Na Coreia do Sul, por exemplo, essa relação gira em torno de 90% e no Canadá, 73%.

Economias mais desenvolvidas têm por característica apresentar sistemas financeiros de intermediação diversificados e ajustados às necessidades de suas estruturas produtivas, permitindo a alavancagem empresarial através da canalização de recursos dos agentes superavitários para os demandantes de capital. Pode-se observar no mundo que a diversificação dos diversos sistemas financeiros trouxe alternativas nos prazos de operações, bem como mais eficiência no controle dos riscos para os credores. Isso ainda não ocorre sistemicamente no Brasil, apesar da atuação de expressivos bancos estrangeiros que parecem acomodados ao status de credores do Estado.

Construir o que Rangel (1982) chamou de capitalismo financeiro endógeno ainda se faz necessário. Pode-se sim aprender com as experiências dos países, poupando tempo, erros e recursos. A questão é mais política do que técnica.

Repensar a contribuição de uma valorosa geração de intelectuais ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro faz-se uma tarefa necessária. Em um país tão ávido por fórmulas de sucesso, a releitura da obra dos intelectuais desenvolvimentistas pode servir para a construção de uma base de propostas democráticas de desenvolvimento coletivo.

O Brasil possui um povo considerado por pesquisas internacionais como de grande potencial inovador. Esse ingrediente antropológico, aliado a estruturas capazes de articular processos desenvolvimentistas, pode revelar-se a diferença para fazer com que o país dê um salto qualitativo em um curto espaço de tempo.

John K. Galbraith, em seus numerosos e preciosos trabalhos, chama constantemente a atenção de seus leitores para “a tirania das circunstâncias”. Segundo o economista remanescente dos tempos gloriosos do New Deal, existem circunstâncias nas quais os processos em curso impõem uma lógica perversa que, em muitos casos, estrangula a capacidade dos governantes e das sociedades na realização de transformações profundas. Ainda que o Brasil esteja navegando por esses mares, avanços podem e devem ser feitos. Há consideráveis margens para progressos institucionais não-radicais.

Discutir desenvolvimento econômico é como caminhar pelos campos da discórdia humana, pois o que está em jogo não são apenas idéias. Em um país de enorme potencial como o Brasil, torna-se uma necessidade pensar em maneiras de retomar o desenvolvimento econômico a partir do princípio de equidade social. As bases construídas pelo pensamento crítico desenvolvimentista renovado podem ser úteis para tanto.

### **Referências bibliográficas**

AMSDEN, Alice. **The rise of the rest: challenges to the west from late-industrializing economies**. London: Oxford University Press, 2001.

BAIROCH, Paul. **Economics and world history: myths and paradoxes**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.



- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CHANG, Ha-Joon. **Kicking away the ladder – development strategy in historical perspective**. London: Anthem Press, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.
- GALBRAITH, John K. **A economia das fraudes inocentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A redução sociológica**. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- IMF – International Monetary Fund. **World economic outlook**. Washington (DC): 2005.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. **Política e interesses da industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- NORTH, Douglas C. **Understanding the process of economic change**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2005.
- RANGEL, Ignácio. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RODRIK, Dani. **The new global economy and developing countries: making openness work**. Washington (DC): Overseas Development Council, 1999.
- SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz F.; MICHEL, Renault. (organizadores) **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer, 2005.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1959.